



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Ac. Câmara

REUNIÃO N.º 19/2022 DO MANDATO 2021/2025
REALIZADA NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2022

**(02) RELATÓRIO DA AUDITORA EXTERNA SOBRE A INFORMAÇÃO
FINANCEIRA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022**

**Foi presente o Relatório da Auditora Externa sobre a informação financeira
do primeiro semestre de 2022 para conhecimento do órgão executivo municipal.**
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08/Setembro/2022

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Ivone Marinho'.

Ivone Marinho
Chefe de Divisão



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Exmos. Senhores Presidentes dos
Órgãos Executivo e Deliberativo do
**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE
CERVEIRA**

Praça do Município
4920-284 Vila Nova de Cerveira

N/ Ref.º: 20220902 – 1/MC

Viseu, 02 de setembro de 2022

Assunto: Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Financeira do 1.º Semestre de 2022

Exmos. Senhores,

A presente informação sobre a situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de junho de 2022, é emitida nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Os procedimentos adotados na análise semestral conducente à emissão da informação sobre a situação económica e financeira consistem essencialmente na execução de procedimentos analíticos substantivos, pelo que não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos executados na emissão da Certificação Legal das Contas. Assim, foram considerados os seguintes procedimentos:

Análise de cumprimento das disposições legais e estatutárias;

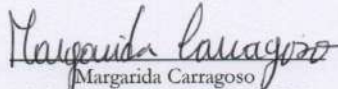
Análise de rácios;


Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;


Comparação dos valores orçamentados com os valores executados.


Agradecemos a colaboração prestada pelos diversos serviços do MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA que colaboraram no fornecimento de informações e de elementos por nós solicitados e ficamos ao dispor de V. Exas. para qualquer esclarecimento que considerem pertinente sobre os assuntos mencionados neste relatório

Com os melhores cumprimentos,


Margarida Carragoso
ROC n.º 1822, CMVM n.º 2017010

+ 351 92 66 83 777  margaridacarragoso.roc@gmail.com

 Rua do Regão Travesso n.º 6 3505-626 Mundão, Viseu

 230 696 333



RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2022

I – INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Vila Nova de Cerveira**, reportado ao período findo em 30 de junho de 2022, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 5.780.735€ de despesa paga e um total de 9.549.890€ de receita cobrada líquida), no Balanço (que evidencia um total de ativo de 60.797.086€ e um total de património líquido de 54.081.056€, incluindo um resultado líquido de 1.546.870€) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos. De salientar que os valores de 2022 são comparáveis com os de 2021. Em 30/06/2022 estão em falta alguns lançamentos, nomeadamente depreciações e acréscimos e diferimentos.

II- RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

III- ANÁLISE ORÇAMENTAL

ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5. A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento corrigido. Saliente-se, no entanto, que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinado período de tempo.

6. Com referência a 30 de junho de 2022 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	Valor	%	EXECUÇÃO DE RECEITA	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	4 582 204	38,96%	RECEITA CORRENTE	6 388 180	50,64%
DESPESAS CAPITAL	1 198 531	10,54%	RECEITA CAPITAL	3 161 710	40,16%
TOTAL	5 780 735	24,99%	TOTAL	9 549 890	41,29%

7. Em termos globais a execução orçamental do Município de Vila Nova de Cerveira com referência a 30 de junho de 2022, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total no montante de 9.549.890€ (taxa de execução de 41,29%) é superior à execução da despesa total no montante de 5.780.735€ (taxa de execução de 24,99%). Contudo, a execução encontra-se na sua generalidade abaixo do orçamentado.

8. A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, deve ser verificada na fase de elaboração e da execução do orçamento. Na fase da elaboração do orçamento verificamos

+ 351 92 66 83 777 margaridacarragoso.roc@gmail.com

Rua do Regão Travesso n.º 6 3505-626 Mundão, Viseu

230 696 333



que a referida regra de equilíbrio orçamental foi cumprida ($14.222.083€ - 11.760.840€ - 449.152€ = 2.386.516€$), sendo esta regra obtida da seguinte fórmula: [receita corrente bruta (inclui o saldo de gerência) - despesa corrente - amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos]. Quanto à fase de execução esta regra só pode ser aferida a 31/12/2022 atendendo a que se refere a uma regra de avaliação anual.

9. Resumindo a junho de 2022 apresentamos os saldos resultantes da execução orçamental:

	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES	6 388 180
DESPESAS CORRENTES	4 582 204
SALDO CORRENTE	1 805 975
RECEITAS CAPITAL	1 555 626
DESPESAS CAPITAL	1 198 531
SALDO CAPITAL	357 095
OUTRAS RECEITAS:	
Rep. não abatidas nos pag.	0
Operações extra-orçamentais	0
SALDO TOTAL DE EXECUÇÃO	2 163 070
SALDO INICIAL	1 606 084
SALDO FINAL	3 769 155

10. O saldo corrente é positivo em 1.805.975€ e o saldo entre receitas de capital e despesas de capital é positivo em 357.095€. Desta forma, o saldo da execução orçamental a junho de 2022 é positivo em 2.163.070€ o que somado ao saldo inicial resulta num saldo de gerência a 30/06/2022 de 3.769.155€.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA**

11. Evolução da Execução Orçamental da Receita:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO				
	30/06/2021	31/12/2021	30/06/2022	Variação Jun22/Jun21	
				Montante	%
Impostos diretos	1 094 855	2 359 388	1 240 957	146 102	13,34%
Impostos indiretos	40 066	282 334	215 195	175 130	437,10%
Taxas, multas e outras penalidades	70 871	151 060	90 472	19 601	27,66%
Rendimentos da propriedade	223 698	486 958	246 943	23 245	10,39%
Transferências Estado e Outros	4 129 911	7 851 515	4 202 343	72 433	1,75%
Venda de bens e serviços correntes	271 084	594 533	382 674	111 589	41,16%
Outras receitas correntes	22 550	63 569	9 595	-12 955	-57,45%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	5 853 035	11 789 358	6 388 180	535 145	9,14%
Venda de bens de investimento	0	7 500,00	2 500	2 500	0,00%
Transferências Estado e Outros	969 723	1 641 151,53	1 102 777	133 054	13,72%
Passivos Financeiros	0	335 100,00	450 000	450 000	100,00%
Outras receitas capital	1 987	2 725	349	-1 638	-82,43%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	971 709	1 986 477	1 555 626	583 916	60,09%
Rep. não abatidas nos pagamentos				0	0,00%
Saldo da gerência anterior	1 391 599	1 391 598,83	1 606 084	214 486	15,41%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	1 391 599	1 391 599	1 606 084	214 486	15,41%
TOTAL DA RECEITA	8 216 343	15 167 434	9 549 890	1 333 547	16,23%

12. Verifica-se que comparativamente a junho de 2021 o montante executado da receita aumentou cerca de 1.333.547€, ou seja, +16,23%. As rubricas que mais contribuíram para este aumento de execução uma vez que arrecadaram mais receita do que no período homologo foram as rubricas de Impostos Diretos (+146.102€ que corresponde a mais 13,34%), Impostos Indiretos (+175.130€ que corresponde a mais 437,10%) e os Passivos Financeiros (+450.000€ que corresponde a mais 100%).

13. Em termos de grau de execução da receita temos a seguinte evolução:

Grau de Execução da Receita a junho de 2020: **42,02%**

Grau de Execução da Receita a dezembro de 2020: **72,7%**

Grau de Execução da Receita a junho de 2021: **39,96%**

Grau de Execução da Receita a dezembro de 2021: **70,93%**

Grau de Execução da Receita a junho de 2022: **41,29%**



14. Em termos de execução face ao previsto a 30 de junho tínhamos a seguinte situação:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2022				
	Previsões Corrigidas	Receita Cobradas Líquidas	GRAU DE EXEC.		PESO %
			SEMESTRAL	ANUAL	
R11 Impostos diretos	2 327 068	1 240 957	106,65%	53,33%	12,99%
R12 Impostos indiretos	491 013	215 195	87,65%	43,83%	2,25%
R3 Taxas, multas e outras penalidades	133 100	90 472	135,95%	67,97%	0,95%
R4 Rendimentos da propriedade	552 295	246 943	89,42%	44,71%	2,59%
R5111 Administração Central - Estado Português	7 206 362	3 273 426	90,85%	45,42%	34,28%
R5113 Administração Central - Outras Entidades	828 518	335 043	80,88%	40,44%	3,51%
R513 Outras	93 841	593 874	1265,70%	632,85%	6,22%
R6 Venda de Bens e Serviços	752 918	382 674	101,65%	50,83%	4,01%
R7 Outras receitas correntes	230 884	9 595	8,31%	4,16%	0,10%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	12 615 999	6 388 180	101,27%	50,64%	66,89%
R8 Venda de bens de investimento	4 715	2 500	106,04%	53,02%	0,03%
R9111 Administração Central - Estado Português	7 620 821	1 102 777	28,94%	14,47%	11,55%
R12 Receita com Ativos financeiros	1	0	0,00%	0,00%	0,00%
R13 Receita com Passivos financeiros	1 249 467	450 000	72,03%	36,02%	4,71%
R10 Outras Receitas de Capital	31 010	349	2,25%	1,13%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	8 906 014	1 555 626	34,93%	17,47%	16,29%
R14 Saldo da gerência anterior	1 606 084	1 606 084	200,00%	100,00%	16,82%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	1 606 084	1 606 084	200,00%	100,00%	16,82%
TOTAL DA RECEITA	23 128 097	9 549 890	82,58%	41,29%	100,00%

15. Verifica-se que a 6 meses a execução da receita está abaixo dos 50%, ou seja, abaixo do previsto. Em termos anuais a execução da receita em 30 de junho é de 41,29%.

16. As rubricas com maior peso na execução orçamental da receita são os Impostos Diretos, as Transferências da Administração Central e o Saldo da Gerência Anterior.

17. As rubricas de Impostos Diretos, Taxas, Outras Transferências Correntes, Venda de Bens e Serviços correntes e Venda de Bens de Investimento apresentam uma taxa de execução a meio do ano superior a 50%.

18. As rubricas que apresentam menor execução são as Outras Receitas Correntes com 4,16% de execução a junho, as Outras Receitas de Capital com 1,13% de execução a junho e as Transferências de Capital com 14,47% de execução a junho. De salientar que da rubrica das transferências de capital as receitas relativas aos projetos cofinanciados apresentam uma execução de 6,8% a meio do ano.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

19. Evolução da Execução Orçamental da Despesa:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO				
	30/06/2021	31/12/2021	30/06/2022	Variação Jun22/Jun21	
				ABSOLUTO	%
Despesas com o pessoal	1 958 853	4 212 111	2 104 362	145 508	7,43%
Aquisição de bens e serviços	1 457 608	3 482 370	1 561 149	103 541	7,10%
Juros e outros encargos	5 567	15 093	4 347	-1 220	-21,91%
Transferências administração local e Outros	492 921	1 042 141	703 014	210 094	42,62%
Subsídios	0	182 655	196 624	196 624	0,00%
Outras despesas correntes	16 760	19 320	12 708	-4 052	-24,18%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	3 931 709	8 953 690	4 582 204	650 496	16,54%
Aquisição de bens de capital	723 724	2 736 388	837 906	114 183	15,78%
Transferências administração local e Outros	221 091	1 373 330	221 193	102	0,05%
Ativos financeiros	0	44 918	0	0	0,00%
Despesas com passivos financeiros	120 698	427 023	139 431	18 733	15,52%
Outras despesas de capital	15 600	26 000	0	-15 600	-100,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	1 081 112	4 607 659	1 198 531	117 418	10,86%
TOTAL DA DESPESA	5 012 821	13 561 349	5 780 735	767 914	15,32%

20. Verifica-se que comparativamente a junho de 2021 o montante executado da despesa aumentou cerca de 767.914€, ou seja, +15,32%. As rubricas da despesa que registaram os maiores aumentos foram as Transferências Correntes, subsídios e Despesas com o Pessoal, que registaram mais 210.094€, 196.624€ e 145.508€, respetivamente.

21. Em termos de grau de execução da despesa temos a seguinte evolução:

- Grau de Execução da Despesa a junho de 2020: **28,32%**
- Grau de Execução da Despesa a dezembro de 2020: **65,76%**
- Grau de Execução da Despesa a junho de 2021: **24,38%**
- Grau de Execução da Despesa a dezembro de 2021: **63,42%**
- Grau de Execução da Despesa a junho de 2022: **24,99%**



22. Em termos de execução face ao previsto a 30 de junho tínhamos a seguinte situação:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2022						
	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Grau de Exec. Efetiva %	Despesas Pagas	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
D11 Remunerações certas e permanentes	3 745 051	3 354 502	89,57%	1 660 395	88,67%	44,34%	28,72%
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	69 300	41 352	59,67%	14 936	43,11%	21,55%	0,26%
D13 Segurança Social	1 073 392	843 346	78,57%	429 030	79,94%	39,97%	7,42%
D2 Aquisição de bens e serviços	4 919 327	3 227 159	65,60%	1 561 149	63,47%	31,74%	27,01%
D3 Jutos e outros Encargos	21 258	17 697	83,25%	4 347	40,90%	20,45%	0,08%
D4115 Administração local	482 300	361 057	74,86%	244 018	101,19%	50,60%	4,22%
D412 Entidades do setor não lucrativo	904 300	810 680	89,65%	423 844	93,74%	46,87%	7,33%
D413 Famílias	137 643	63 209	45,92%	35 152	51,08%	25,54%	0,61%
D414 Outros	500	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
D042 Subsídios correntes	375 269	324 345	86,43%	196 624	104,79%	52,40%	3,40%
D05 Outras despesas correntes	32 500	13 044	40,13%	12 708	78,20%	39,10%	0,22%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	11 760 840	9 056 389	77,00%	4 582 204	77,92%	38,96%	79,27%
D6 Aquisição de bens de capital	9 921 277	5 720 535	57,66%	837 906	16,89%	8,45%	14,49%
D7111 Administração pública	464 600	389 282	83,79%	0	0,00%	0,00%	0,00%
D7115 Administração local	405 000	335 531	82,85%	182 329	90,04%	45,02%	3,15%
D712 Entidades do setor não lucrativo	141 000	76 363	54,16%	38 863	55,13%	27,56%	0,67%
D713 Famílias	10 000	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
D8 Outras despesas de capital	10 000	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
D10 Despesas com passivos financeiros	415 380	397 785	95,76%	139 431	67,13%	33,57%	2,41%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	11 367 257	6 919 496	60,87%	1 198 531	21,09%	10,54%	20,73%
TOTAL DA DESPESA	23 128 097	15 975 885	69,08%	5 780 735	49,99%	24,99%	100,00%

23. O grau de execução orçamental situou-se em 24,99%, ou seja, inferior ao previsto para junho onde o grau de execução deveria rondar os 50%. Em termos de compromissos assumidos face ao previsto a junho de 2022 a execução era de 69,08%.

24. As rubricas com maior peso na execução orçamental da despesa são as Remunerações Certas e Permanentes, Aquisição de Bens e Serviços e a Aquisição de bens de Capital.

25. A rubrica que apresenta menor taxa de execução é a Aquisição de Bens de Capital que dos 9.921.277€ previstos para 2022 tem a junho/2022 executados 837.906€ (8,45% de taxa de execução, sendo que 57,66% da despesa já estava a junho compromissada).

26. As rubricas com maior taxa de execução a junho de 2022 são: Transferências para Administração Local na componente de Corrente com execução de 46,11%, Outras Remunerações Certas e Permanentes com execução de 43,05% e os Passivos Financeiros com uma execução de 33,5%.

27. A 30/06/2022 a estrutura da despesa era a seguinte:



28. O total das Grandes Opções do Plano (GOP's – 14.065.018€) reparte-se pelas Atividades Mais Relevantes (AMR - 4.142.741€) e pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI – 9.922.277€). Em termos de execução a junho/22 temos que as AMR's apresentam uma execução de 31,24% e o PPI uma execução de 8,44%.



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

29. Apresentamos a evolução de alguns rácios orçamentais:

	30/06/2021	31/12/2021	30/06/2022	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	163,91%	111,84%	171,02%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	71,24%	77,73%	66,89%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITAS CORRENTES / DESPESAS CORRENTES	148,87%	131,67%	145,66%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRETOS / RECEITAS CORRENTES	18,71%	20,01%	19,43%	Mede o peso dos impostos diretos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	11,83%	13,10%	16,29%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITAS CAPITAL / DESPESAS CAPITAL	89,88%	43,11%	129,79%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	0,00%	16,87%	28,93%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	0,00%	2,21%	4,71%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPESAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	78,43%	66,02%	78,54%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPESAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	21,57%	33,98%	21,46%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPESAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	33,47%	35,73%	32,94%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPESAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	39,08%	31,06%	37,68%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS** / DESPESA TOTAL	14,44%	20,51%	15,01%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

30. A receita total supera a despesa total apresentando um rácio de 171,02% a junho/2022 que aumentou face aos rácios obtidos em junho e dezembro de 2021. A receita corrente representa 66,89% da receita total. A despesa corrente representa 78,54% da despesa total, sendo que as despesas com pessoal representam 37,68% da despesa total.



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

IV - ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA

NOTA: A sistematização da informação económica abaixo apresentada foi obtida a partir do balancete analítico reportado a 30/06/2022, cujos elementos não constituem as Demonstrações Financeiras Intercalares elaboradas de acordo com o SNC-AP, designadamente quanto ao princípio da especialização dos exercícios e falta de ajustamentos e depreciações.

ANÁLISE BALANÇO A 30/06/2022

31. Evolução do Ativo:

RUBRICAS	SNC-AP		VARIÇÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	52 131 870	51 455 556	676 314	1,31%
Ativos intangíveis	72 524	72 524	0	0,00%
Participações financeiras	774 795	774 795	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	10 638	10 638	0	0,00%
	52 989 827	52 313 513	676 314	1,29%
Ativo Corrente				
Inventários	127 164	123 929	3 234	2,61%
Devedores por empréstimos bonificados	6 111	6 111	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	127 386	78 401	48 985	62,48%
Estado e outros entes públicos	5 074	8 594	(3 521)	-40,96%
Outras contas a receber	2 726 631	2 726 521	110	0,00%
Diferimentos	3 273	1 127	2 146	0,00%
Caixa e depósitos	4 811 621	2 601 999	2 209 622	84,92%
	7 807 259	5 546 682	2 260 577	40,76%
Total do ativo	60 797 086	57 860 195	2 936 891	5,08%

32. O ativo líquido do Município registou uma variação positiva de 5,08% (+2.936.891€) relativamente a 31/12/2021, justificada essencialmente pelo aumento do Ativo Fixo Tangível (nota: não foram calculadas depreciações a junho/2022) e pelo aumento dos valores em Caixa e Depósitos.

33. Salienta-se que a rubrica de Ativo Fixo Tangível representa 86% do total do ativo a junho de 2022, mantendo uma estrutura idêntica ao período de 2021, onde estas rubricas representaram também cerca de 89% do Ativo.

34. Evolução do Património Líquido e Passivo:

RUBRICAS	SNC-AP		VARIACÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	12 399 983	12 399 983	0	0,00%
Reservas	1 256 796	1 256 796	0	0,00%
Resultados transitados	17 963 424	18 425 859	(462 435)	-2,51%
Outras variações no Património Líquido	20 913 983	19 811 207	1 102 777	5,57%
Resultado líquido do período	1 546 870	(436 505)	1 983 375	-454,38%
Total do Património Líquido	54 081 056	51 457 340	2 623 716	5,10%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	105 000	105 000	0	0,00%
Financiamentos obtidos	3 498 494	3 191 584	306 910	9,62%
Diferimentos	144 979	144 979	0	0,00%
	3 748 473	3 441 563	306 910	8,92%
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios concedidos	37 033	0	37 033	100,00%
Fornecedores	276 277	320 650	(44 373)	-13,84%
Estado e outros entes públicos	208 187	43 543	164 644	378,12%
Financiamentos obtidos	369 947	369 947	0	0,00%
Fornecedores de investimentos	223 857	427 160	(203 303)	-47,59%
Outras contas a pagar	1 852 255	1 799 992	52 263	2,90%
	2 967 557	2 961 292	6 264	0,21%
Total do passivo	6 716 030	6 402 856	313 175	4,89%
Total do Património Líquido e do passivo	60 797 086	57 860 195	2 936 891	5,08%

35. De acordo com as contas de 30/06/2022 a conta 51 – Património evidencia um saldo de 12.399.983€, o que corresponde a cerca de 20,40% do ativo líquido de junho de 2022.

36. Os Fundos Próprios apresentam um aumento de cerca de 2.623.716€ devido sobretudo ao aumento de subsídios para aquisição de ativos depreciáveis (nota: não foram também imputados a rendimentos os subsídios na cadência das depreciações dos respetivos bens) e aumento do resultado de junho de 2022 face a 31/12/2021.



Margarida Carragoso

Revisora Oficial de Contas n.º 1822

37. O resultado líquido de 2021 que se cifrou no valor negativo de 436.505€ foi integralmente aplicado em resultados transitados.

38. Em relação ao passivo global, o mesmo aumentou 313.175€ (+4,89%) face a 31/12/2021, justificado essencialmente pelo aumento dos financiamentos obtidos.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 30/06/2022

39. Evolução das rubricas de rendimentos e gastos face a 31/12/2021:

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP		VARIÇÃO	
	30/06/2022	31/12/2021	Montante	%
Impostos e taxas	1 588 791	2 828 040	(1 239 249)	-43,82%
Vendas	8 549	29 176	(20 627)	-70,70%
Prestações de Serviços	511 490	866 778	(355 288)	-40,99%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	4 202 343	8 089 803	(3 887 459)	-48,05%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	60 188	112 500	(52 313)	-46,50%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(40 989)	(90 230)	49 241	-54,57%
Fornecimentos e serviços externos	(1 446 001)	(5 684 579)	2 238 578	-60,76%
Gastos com o pessoal	(2 250 094)	(4 324 040)	2 073 946	-47,96%
Transferências e subsídios concedidos	(1 081 027)	(2 682 418)	1 601 392	-59,70%
Provisões (aumentos/reduções)	0	(105 000)	105 000	100,00%
Outros rendimentos e ganhos	63 267	1 499 338	(1 436 072)	-95,78%
Outros gastos e perdas	(62 594)	(172 219)	109 625	-63,65%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1 553 923	2 367 148	(813 225)	-34,35%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(2 783 091)	2 783 091	-100,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 553 923	(415 943)	1 969 866	-473,59%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 080	2 819	(1 739)	-61,69%
Juros e gastos similares suportados	(8 133)	(23 382)	15 248	-65,21%
Resultado antes de impostos	1 546 870	(436 505)	1 983 375	-454,38%
Resultado líquido do período	1 546 870	(436 505)	1 983 375	-454,38%

40. Verifica-se que a junho de 2022 o Resultado Líquido do período não é comparável com o período de 2021, devido a como já referido não terem sido efetuados neste período alguns movimentos de fecho como as especializações e o cálculo das depreciações.



41. Evolução das rubricas de rendimentos e gastos face a 30/06/2021:

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP		VARIACÃO	
	30/06/2022	30/06/2021	Montante	%
Impostos e taxas	1 588 791	1 239 327	349 464	28,20%
Vendas	8 549	10 930	(2 382)	-21,79%
Prestações de Serviços	511 490	426 939	84 551	19,80%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	4 202 343	4 129 911	72 433	1,75%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	60 188	33 750	26 438	78,33%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(40 989)	(59 235)	18 246	-30,80%
Fornecimentos e serviços externos	(1 446 001)	(1 437 949)	(8 051)	0,56%
Gastos com o pessoal	(2 250 094)	(2 033 807)	(216 287)	10,65%
Transferências e subsídios concedidos	(1 081 027)	(753 081)	(327 946)	43,55%
Outros rendimentos e ganhos	63 267	93 649	(30 382)	-32,44%
Outros gastos e perdas	(62 594)	(10 551)	(52 043)	493,24%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	1 553 923	1 639 883	(85 960)	-5,24%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			0	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 553 923	1 639 883	(85 960)	-5,24%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 080	995	85	8,56%
Juros e gastos similares suportados	(8 133)	(7 660)	(474)	6,19%
Resultado antes de impostos	1 546 870	1 633 218	(86 349)	-5,29%
Resultado líquido do período	1 546 870	1 633 218	(86 349)	-5,29%

42. Comparativamente ao período homologado verifica-se um aumento nas rubricas de rendimentos - Impostos e Taxas (+28,20%), Prestações de Serviços (+19,80%), Transferências e Subsídios (+1,75%) e nos Dividendos Obtidos (+78,33%).

43. Em termos de gastos verifica-se também um aumento face ao período homologado, nomeadamente nos gastos com pessoal (+10,65%) e nas transferências e subsídios correntes (+43,55%).

44. O resultado apresenta uma diminuição de 86.349€ (-5,29%).

RÁCIOS ECONOMICO-FINANCEIROS

45. Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município

RÁCIO/ÍNDICE	FÓRMULA	30/06/2021	31/12/2021	30/06/2022
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	277,88%	187,31%	263,09%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente} - \text{Existências})}{\text{Passivo Corrente}}$	272,81%	183,12%	258,80%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Depósitos em Instituições Financeiras} + \text{Caixa})}{\text{Passivo Corrente}}$	169,38%	87,87%	162,14%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	9,31%	11,07%	11,05%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo}}$	90,69%	88,93%	88,95%
Peso dos Gastos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Gastos Com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	47,36%	39,48%	46,10%
Dívida total por Habitante	$\frac{\text{Divida total reportada à DGAL (Lei 73/2013, de 3/09)}}{\text{N.º de habitantes}}$	438,08	533,74	523,80

46. Da análise efetuada em termos de liquidez geral e liquidez reduzida verifica-se que estes rácios apresentam uma variação positiva, passando de respetivamente de 187,31 e 183,12% em 31/12/2021 para 263,09% e 258,80% em 30/06/2022. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento do ativo corrente mais do que proporcional ao aumento do passivo corrente. Por sua vez a liquidez imediata aumentou visto que o aumento da rubrica de Caixa e Depósitos foi superior ao aumento do passivo corrente.

47. Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que tem uma tendência estável ao longo dos períodos fixando-se em cerca de 10%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios. De salientar que com a transição para o referencial SNC-AP os indicadores de endividamento e autonomia financeira sofreram uma melhoria, uma vez que os subsídios ao



investimento deixaram de ser classificados como passivos para serem considerados no património líquido.

48. Em termos de peso dos custos com pessoal no total dos custos operacionais, representou a 30/06/2022 cerca de 46% do total dos custos operacionais.

V - ANÁLISE DE OUTROS INDICADORES

49. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que apesar de o Município não estar obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 85.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho 2022 (Orçamento de Estado para 2022), mantém tal reporte mensal à DGAL.

Da informação que o Município presta mensalmente à Direção-Geral das Autarquias Locais, relativamente aos Fundos Disponíveis, verificámos que o Município apresenta a 30/06/2022 fundos positivos de 4.348.756€.

50. PAGAMENTOS EM ATRASO

Verificámos que, de acordo com o previsto no artigo 86.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho 2022 (Orçamento do Estado para 2022) e de acordo com o mapa de pagamentos em atraso de acordo com o reportado no SISAL com referência a 30/06/2022 o Município não apresenta qualquer valor de pagamentos em atraso, situação que também se verificava em setembro de 2021.

51. DÍVIDA TOTAL

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser efetuado da seguinte forma:



Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

A 30 de junho de 2022 sem considerar o efeito das eventuais responsabilidades que poderão decorrer do desfecho de algumas contingências e excluindo a dívida total das entidades a que se refere o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57º da mesma Lei.

RECEITA CORRENTE COBRADA LÍQUIDA

ANO	VALOR
2019	11 662 329
2020	10 305 528
2021	11 789 358
MÉDIA ENTRE 2019 E 2021	11 252 405

- Limite da Dívida = 16.878.607 € (1,5 x média receita corrente líquida cobrada)
- Dívida Total = 4.677.497 €
- Margem = 12.201.110 €

A referida dívida total do semestre Município de 4.677.497€, apresenta uma margem de 12.201.110€, representando assim 0,42 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos.



Margarida Carragoso
Revisora Oficial de Contas n.º 1822

Evolução recente da dívida total:



Evolução recente da dívida total por habitante:



(Nota: Habitantes 2021 – 8.930 – Dados preliminares Censur 2021)

Viseu, 02 de setembro de 2022

Margarida Carragoso
Margarida Carragoso
ROC n.º 1822, CMVM n.º 2017010

+ 351 92 66 83 777 margaridacarragoso.roc@gmail.com
Rua do Regão Travesso n.º 6 3505-626 Mundial, Viseu
230 696 333